

N. F. Nº - 152655.0006/18-5
NOTIFICADO - F G DE LIMA SOUSA – EPP
NOTIFICANTE - MARIA JOSÉ LOPES DA SILVA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 31/08/2020

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0141-03/20NF-VD

EMENTA: ICMS. 1. SIMPLES NACIONAL. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLIMENTO. Afastada a nulidade. Quando o recolhimento é intempestivo, descabe a aplicação da redução da base de cálculo prevista no art. 274 do RICMS. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal objeto deste relatório foi lavrada em 29/03/2018 e refere-se à cobrança de ICMS no valor de **R\$8.593,31**, bem como aplicação de multa no percentual de 60%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 – 07.21.03 – Deixou de efetuar o recolhimento relativo à antecipação parcial devida na condição de contribuinte optante pelo Regime do Simples Nacional. Referente ao período de fevereiro a maio, julho e agosto, outubro a dezembro de 2013; janeiro e abril de 2014; janeiro, abril, maio, julho, novembro e dezembro de 2015.

Constata-se, que tempestivamente, a Autuada apresentou impugnação ao lançamento, através dos documentos constantes às fls. 110 a 117, quando suscitou nulidade do feito por alegar ter a notificante deixado de aplicar em seus cálculos a redução da base de cálculo prevista no art. 274 do RICMS. Neste sentido, citou e reproduziu como paradigma o ACÓRDÃO JJF Nº 0137-04/17.

Ao final pediu pela improcedência da presente Notificação Fiscal.

Na informação fiscal às fls.131 e 132 o autuante repisa o único argumento defensivo de ter a notificante deixado de aplicar em seus cálculos a redução da base de cálculo prevista no art. 274 do RICMS, porém retrucou que a defesa não apresentou prova de que procedeu ao recolhimento da antecipação parcial.

Manteve a exigência integralmente.

É o relatório.

VOTO

Preliminarmente verifico que o presente lançamento de crédito tributário está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a infração a multa e suas respectivas bases legais, evidenciadas de acordo com a infração imputada e demonstrativos detalhados do débito, com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo.

Quanto a alegação da defesa quando sustentou pela nulidade do lançamento, arguindo erro de cálculo, reputo se tratar de arguição de mérito, que inclusive foi repetida quando a defesa tratou da materialidade da exação quando será pertinentemente avaliada. Afasto, portanto, esta alegação.

Quanto ao mérito, a Notificação Fiscal contém uma única infração elencada que diz respeito a falta de recolhimento do ICMS referente a antecipação tributaria parcial. Constam dos autos fls. 03 a 101 os demonstrativos da memória de cálculo, bem como cópias dos Danfs envolvidos na apuração do débito em questão.

Quanto a alegação da defesa arguindo erro de cálculo por não ter a notificante respeitado a redução da base de cálculo prevista no art. 274 do RICMS, reproduzido adiante, verifico que, de fato, não se

verifica nos demonstrativos da notificante a aplicação do benefício previsto no referido artigo. Entretanto, não assiste razão à defesa, pois o benefício alcança apenas as situações em que o recolhimento ocorreu tempestivamente, o que por óbvio não foi o caso. Veja-se:

Art. 274. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições efetuadas por contribuintes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, independentemente da receita bruta, fica concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor do imposto apurado, na hipótese de o contribuinte recolher no prazo regulamentar, não cumulativa com a redução prevista no art. 273.

Destarte, voto pela PROCEDÊNCIA da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº. **152655.0006/18-5**, lavrado contra a empresa **F G DE LIMA SOUSA – EPP**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$8.593,31**, acrescido da multa de 60%, prevista no Artigo 42, inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 05 de agosto de 2020

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA